

## O ENUNCIADO DISCURSIVO “INTERVENÇÃO MILITAR JÁ” NAS REDES SOCIAIS: CONFRONTOS E RESISTÊNCIA

---

*The Utterance “Military Intervention Now” in Social Media: Confrontations and Resistance*

DOI: 10.14393/LL63-v36n1-2020-2

Rosiene Aguiar Santos\*

Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes\*\*

---

RESUMO: No presente texto, objetivamos analisar discursivamente o enunciado “Intervenção Militar Já”, o qual começou a circular intensamente nas redes sociais a partir das manifestações e protestos conhecidos como Jornadas de Junho de 2013. Nosso estudo respalda-se teoricamente na Análise de Discurso desenvolvida por Pêcheux, (1969; 1975; 1983), além de outras contribuições teóricas, a exemplo da História e dos estudos sobre o discurso digital. O *corpus* foi constituído de sete Sequências Discursivas (SDs) provenientes de materialidades da rede social *Facebook*, utilizando o critério da regularidade discursiva. Os resultados mostram que a formulação “Intervenção Militar Já”, sob o jogo de relações com a memória, atualiza sentidos do regime militar brasileiro (1964-1985), com predomínio de duas posições-sujeito: uma de apologia ao militarismo, com efeitos de apagamento dos sentidos de ditadura; outra de repúdio e resistência à intervenção militar, devido aos efeitos de memória de que a ditadura jamais deve voltar.

PALAVRAS-CHAVE: Intervenção Militar. Redes sociais. Memória discursiva. Silenciamento. Resistência.

ABSTRACT: In this article, we aim to discursively analyze the utterance “Military Intervention Now”, which started to circulate intensely in social media from the protests held in Brazil in June 2013. The study is theoretically supported by the Discourse Analysis (DA) as developed by Pêcheux, (1969; 1975; 1983), in addition to other theoretical contributions, such as history and studies on digital discourse. The corpus consisted of seven Discursive Sequences (DS) from discursive materialities on Facebook collected using the criterion of discursive regularity. The results show that the phrase “Military Intervention Now”, in a game played with memory, updates the meanings of the Brazilian military regime (1964-1985), with the predominance of two stances: one in defense of militarism, with effects of erasing the meanings of dictatorship; and another one of repudiation and resistance to military intervention, due to the memory effects that the dictatorship should never return.

KEYWORDS: Military Intervention. Social Media. Discursive memory. Silence and resistance.

---

---

\* Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). ORCID: 0000-0002-8121-6537. E-mail: roseagui13(AT)hotmail.com.

\*\* Doutora em Letras/Linguística. Profa. Adjunta do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários (DELL) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). ORCID: 0000-0001-6597-6192. E-mail: cortesgr(AT)gmail.com.

## 1 Gestos iniciais

Considerando a contemporaneidade brasileira, existe uma tendência à polarização em relação a posicionamentos políticos e sociais. No entanto, conforme pontua Messenberg (2017), os conceitos relacionados à díade Direita e Esquerda não são tão efetivos para compreender a política na atualidade, há de se ponderar que esses conflitos ideológicos, em crescimento no país, trazem certos resquícios dessas duas doutrinas em contraste.

Messenberg (2017) utiliza Norberto Bobbio para embasar sua análise da conjuntura atual do Brasil, diante dessa instabilidade nas relações sociais sendo vista como confrontos ideológicos entre a direita e a esquerda, conservadorismo e progressismo, respectivamente. Os autores assinalam que este antagonismo tem como principal campo de propagação, as redes sociais da *internet*. Para Bobbio (1995) os conceitos de direita e esquerda não são fixos, movimentam-se no decorrer do tempo.

Nota-se que esta polarização ganhou forças a partir de uma instabilidade social surgida no Brasil em meados de 2013, através de protestos que reprovavam o aumento dos preços das passagens de transportes urbanos em diversas cidades do país. Tais manifestações se estenderam ao âmbito político, principalmente com os descontentamentos que a classe média vinha demonstrando em relação ao Governo Federal (CAVALCANTE, 2015), que naquele momento tinha Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) como presidente, em seu penúltimo ano do primeiro mandato. Esses protestos foram denominados de Jornadas de Junho de 2013.

A princípio, essas mobilizações populares foram provenientes de movimentos de grupos considerados de esquerda, como o Movimento Passe Livre (MPL), no entanto, após as reivindicações por “mais saúde”, “mais educação”, “mais segurança”, ou seja, um Estado mais eficiente, e pelo combate à corrupção, a direita acabou se sobressaindo nessas jornadas e os “setores da classe média tradicional com interesses específicos, barrar o Estado desenvolvimentista e distributivista do período petista [...]” (SILVA, 2017, p. 3), tiveram mais êxito nos protestos.

Mesmo após reeleita no pleito eleitoral de 2014, as manifestações contrárias ao Governo Dilma permaneceram, principalmente organizadas através das redes sociais, que têm

sido cada vez mais decisivas no que concerne às mobilizações sociais e político-eleitorais, tornando-se assim um espaço bem propício a embates ideológicos.

Dessa forma, os protestos contra a presidente do Brasil não só questionavam o seu mandato e as políticas governamentais de seu partido, como também fomentavam o chamado antipetismo, sendo o PT e seus principais representantes considerados como “[...] depositários de todos os vícios e tornados responsáveis por todos os males da sociedade brasileira; criminalidade galopante, corrupção, má gestão, dissolução dos costumes e dos valores, crise etc.” (DELCOURT, 2016, p. 129).

Nessas manifestações, também surgiam os pedidos por uma “intervenção militar constitucional”, sobretudo por meio do enunciado “Intervenção Militar Já”, com adesão de usuários das redes sociais, em especial do *Facebook*. Assim, o discurso da “Intervenção Militar Já” circulou com grande celeridade nas ruas e na *internet* e produziu distintos efeitos de sentido, instaurando uma agitação na memória do militarismo que vigorou no Brasil através do regime militar entre 1964 e 1985.

Todavia é também necessário considerar o “consenso historiográfico” (CAZARIN; MENEZES, 2014, p. 116) que indica a Ditadura Militar ocorrida no Brasil como um regime de governo autoritário e truculento. Conforme Souza e Dias (2018):

Após o golpe de 1964, que depôs o presidente João Belchior Marques Goulart, que assumiu após a renúncia do titular Jânio da Silva Quadros, foram 21 anos de ditadura, tendo à frente os comandantes militares e em seu entorno civis de variados segmentos sociais. Foram décadas de intervenções autoritárias no sistema educacional, cassações de direitos políticos e profissionais, perseguições, prisões ilegais, torturas e assassinatos de opositores, sob a alegação do anticomunismo. (SOUZA; DIAS, 2018, p. 1).

Neste estudo<sup>1</sup>, analisaremos sob a ótica da Análise de Discurso (AD), desenvolvida por Pêcheux (1969; 1975; 1983), o funcionamento discursivo do enunciado “Intervenção Militar Já” nas mídias digitais, especialmente na rede social *Facebook*, a fim de observar os efeitos de sentido produzidos sob o jogo de forças da memória, considerando as condições de produção e de circulação do discurso digital. Mobilizamos também as noções de sujeito; projeções

---

<sup>1</sup> O estudo em pauta consiste em um recorte de nossa pesquisa de mestrado, desenvolvida a partir do ano de 2018 no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

imaginárias; memória; metáfora discursiva e silenciamento. Também serão válidas as contribuições dos estudos acerca do discurso digital e da História enquanto ciência.

A seguir, faremos uma breve discussão sobre os aportes teóricos da disciplina que fundamentam a nossa análise.

## 2 Considerações sobre a Análise de Discurso

A AD foi desenvolvida em final dos anos 1960 na França, pelo filósofo Michel Pêcheux (1969; 1975; 1983), que propôs o discurso como objeto próprio de estudo da teoria. Pêcheux buscou, através dessa disciplina, estudar a relação da linguagem com a exterioridade. No processo da produção de sentidos, o que interessa para a AD são as posições-sujeito ocupadas pelos interlocutores, pois o sentido está na relação estabelecida entre eles (GRIGOLETTO, 2010).

O discurso em AD é definido como efeitos de sentido entre interlocutores (PÊCHEUX, [1969] 1997). Nesse quadro teórico, a linguagem não é transparente e o sujeito é constituído juntamente aos sentidos, como um efeito ideológico e uma posição entre outras (PÊCHEUX, [1975] 1995).

A concepção de sujeito na AD está imbricada com a de sentido. Nessa perspectiva, o indivíduo para se constituir em sujeito discursivo, é interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente, produzindo assim, a ilusão do dizer e de uma suposta autonomia da subjetividade. A ideologia, em AD, é o efeito da relação entre o sujeito com a língua e com a História, para que o discurso signifique (ORLANDI, 1996).

Do ponto de vista da AD, a memória é discursiva, ou seja, constituída da memória histórica e social, “[...] A noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos; [...]” (COURTINE, [1981], 2009 p. 105-106). A memória discursiva pode atualizar-se em uma dada materialidade, retomando implícitos e pré-construídos “ausentes por sua presença” (PÊCHEUX, [1983] 1999 p. 52). O pré-construído é entendido na AD como algum elemento do discurso já produzido anteriormente em outro discurso, e de forma independente (INDURSKY, 2011). São estes os implícitos da memória, que podem tanto ser regularizados discursivamente, quanto perturbados, dependendo do jogo de força diante de um acontecimento discursivo (PÊCHEUX, [1983] 1999).

Portanto, segundo Pêcheux (1999 [1969]), quando os já-ditos são atualizados em uma dada formulação, funcionam então os efeitos de metáfora, ou seja, os discursos da memória discursiva se reinscrevem em outras materialidades e assim, tanto podem estabelecer uma regularização discursiva, que se trata do efeito metafórico de paráfrase, quanto uma desregulação dos implícitos, sendo este o efeito metafórico de polissemia. Conforme o autor, a metáfora discursiva consiste na substituição de palavras, expressões ou proposições em determinadas formulações, “Chamaremos efeito metafórico o efeito semântico produzido por uma substituição contextual” afirma Pêcheux, ([1999] 1969, p. 96).

De acordo com Orlandi, “[...] a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer de silêncios e de silenciamentos [...]” (ORLANDI, 1999, p. 59). Dessa forma, sobre os efeitos de silenciamento e apagamento, esses também são constitutivos do discurso. Para Orlandi ([1983] 1999), os esquecimentos podem ser observados de duas maneiras, uma no sentido de que determinado dizer, discurso, sentido, etc. é esquecido (ou apagado) para que um novo sentido se constitua, e a outra, quando esquecem-se novos sentidos que já foram possíveis, “mas que foram estancados em um processo histórico-político silenciador” (ORLANDI [1983] 1999, p. 62).

Sendo a memória feita de esquecimentos, o que pode ocorrer é de um determinado sentido ser apagado ou silenciado para que um novo sentido funcione (GRIGOLETTO, 2003). O silenciamento permite este apagamento de sentidos que já funcionaram na memória de um dado discurso, de várias formas: pela censura, pela negação, ou pelo esquecimento. O silenciamento, conforme Orlandi (1999), consiste no apagamento de sentidos já ditos da memória de um dado discurso, e pode funcionar pela censura, pela negação ou pelo esquecimento.

### 3 Procedimento metodológico

O percurso metodológico da Análise de Discurso não se dá de maneira linear, pois pode ir e vir, e exige que o próprio pesquisador construa seu arquivo de análise, o *corpus*, dessa maneira. Acontece que uma mesma materialidade pode ser analisada por diferentes noções teóricas (ORLANDI, 2003). Courtine ([1981] 2009) compreende a noção de corpus como um

conjunto de sequências discursivas estruturadas a partir da relação com as condições de produção do discurso.

Para a constituição do *corpus* deste trabalho foram selecionadas sete sequências discursivas (SDs), considerando a sua regularidade discursiva, ou seja, uma ordem, correlações e funcionamentos semelhantes. As SDs um (1), dois (2) e três (3) foram constituídas de três capturas de tela com fotos publicadas no *Facebook*, sendo a primeira uma reprodução na íntegra de um *outdoor* propagando que uma suposta “Intervenção” aconteça no país. A peça publicitária foi publicada por um então vereador da cidade de Vitória da Conquista - Bahia no ano de 2017, em vários pontos da cidade, sendo um deles, nas proximidades da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); a segunda SD trata de uma postagem registrando um protesto de indignação de acadêmicos da UESB em relação ao *outdoor*, sendo este rasgado pelos manifestantes; e a terceira uma reprodução do *outdoor* pelo próprio vereador em outro contexto pós-protesto; por fim, há as sequências discursivas de 4 a 7 compostas por quatro comentários de usuários da rede social *Facebook*, logo gestos de leitura.

Vale ressaltar que a metodologia em AD é própria e por isso há certa mobilidade no processo de coleta de *corpus*, tendo em vista as especificidades teóricas da disciplina, segundo a qual a delimitação do *corpus* não é linear e se constitui por critérios teóricos e não empíricos (ORLANDI, 2003).

#### 4 O gesto analítico

Antes de apresentar as sequências discursivas que serão analisadas, é relevante explicitar as condições de produção e de circulação sob as quais funciona discursivamente o enunciado “Intervenção Militar Já”, ou seja, é necessário considerar as condições de funcionamento do discurso digital - que também atravessam o processo discursivo que iremos analisar.

A *internet* como nova mídia tem eficácia em praticamente todas as relações existentes, sejam elas de cunho social, econômico ou político e estende sua influência mundialmente. Essa rede de informações criou espaços de comunicação digital que eliminaram distâncias geográficas da mesma forma que também ampliaram as fronteiras de todos os indivíduos que estão inseridos nesses ambientes virtuais. Os ambientes virtuais são espaços de comunicação

na *internet* que permitem aos usuários da rede múltiplas conexões e a facilidade de um novo meio de contato, sem a necessidade de encurtar fisicamente as distâncias entre os que se comunicam (GALLO; SILVA; BOCCHESI, 2015).

No entanto, sob a ótica discursiva, a *internet* é concebida como um novo espaço de funcionamentos discursivos na sociedade (CAVALCANTI, 2015, p. 1); não se trata, portanto, apenas da materialidade inscrita no digital que torna-se parte analítica, mas também se torna parte analítica, considerando as condições de produção e de circulação do discurso, e os possíveis efeitos de sentidos que funcionam no digital, e dessa forma se abre possibilidade de análise deste discurso.

Dias (2016) aponta que o discurso digital afetou o campo das discursividades, como as relações históricas, sociais e ideológicas, ao determinar a forma como os sujeitos e os sentidos são constituídos, no qual são considerados os processos de produção e os meios de circulação. Na perspectiva da AD, o espaço digital é lugar de embates e confrontos, lugar de disputas de territorialidade e tensões ideológicas (CORTES, 2015).

Na *internet* estão as redes sociais, locais de conexões virtuais entre as pessoas presentes na rede, delas destacamos o *Facebook*, rede social na qual selecionamos o *corpus* de nossas análises. Criado em 2004 por Mark Zuckerberg, o *Facebook* é considerado uma das principais redes sociais da atualidade, tendo atingido o registro de mais de dois bilhões de usuários, portanto, “é um veículo com formidável potencial de divulgação e de ação política” (SALLES, 2017, p. 48).

Isso posto, vejamos as SDs um (1), dois (2) e três (3), as quais se constituem das postagens referentes ao *outdoor*.

Na SD1 (Figura 1, na página a seguir), temos a imagem, reproduzida no *Facebook* através da página de um blog de jornalismo, de um *outdoor* com as cores da bandeira do Brasil, com as palavras “intervenção” e “em progresso” em destaque, com o símbolo de processamento ou carregamento de um *download*. À esquerda, temos também a foto do vereador responsável pela divulgação da peça publicitária.

A imagem da SD1 materializa o discurso nacionalista e positivista inscrito na bandeira brasileira “Ordem e Progresso”, sendo tal formulação substituída pelo dito “Intervenção em progresso”, instaurando uma relação de metáfora discursiva, a qual consiste em substituições

contextuais de uma palavra por outra, uma proposição por outra, conforme Pêcheux (1997 [1969]). Segundo Orlandi (2003), a metáfora discursiva pode instituir tanto o mesmo efeito de sentido, denominado de paráfrase, como pode instaurar a polissemia, que são as rupturas dos processos de significação. Neste caso, na SD1 temos uma relação parafrástica entre a inscrição de nossa bandeira e o discurso de apoio a uma “intervenção em progresso” inscrita no *outdoor*.



Figura 1. SD1: *Outdoor* instalado em local público<sup>2</sup>

Ademais, o dito “Intervenção em progresso” (SD1) funciona discursivamente com sentidos de “Intervenção (militar) em progresso”, como um dito no interior do não dito (PÊCHEUX, [1983] 1999). Da mesma forma, a palavra ordem, embora substituída, continua funcionando pelos efeitos de memória, já que intervenção passa a significar como a instituição da ordem ao suposto caos da situação atual do país. Assim, se inscreve aí a memória discursiva da Ditadura Militar, que defendia a instituição da “ordem” no período que antecedeu ao golpe ocorrido em 1964, (INDURSKY, 2013). Na SD1 funciona uma posição-sujeito de apoio a uma nova tomada de poder pelos militares, ainda que a palavra militar não esteja aí materializada.

No entanto, embora o regime militar brasileiro seja considerado um período ditatorial, observa-se que funciona um efeito de apagamento da memória discursiva da Ditadura brasileira (1964-1985) no discurso da intervenção militar. Esse apagamento da memória não tem início, efetivamente, no discurso inscrito no *outdoor*, mas já funciona antes, no discurso

<sup>2</sup> Fonte: Facebook. Disponível em: [Link](#). Acesso em: abr. 2019. (Devido à extensão do endereço para acessar a imagem, optamos por substituí-lo apenas pela palavra *link*, que dá acesso, do mesmo modo, à fonte).



do cotidiano, que toma por positiva a ditadura quando propõe gestos de leitura que buscam legitimar sentidos de “bons sujeitos” para os que “andavam na linha”, ou seja, para aqueles que não questionavam a ditadura e por isso não sofriam as perseguições do regime. Assim, o efeito discursivo funciona, não somente como uma tentativa de apagamento, mas como eco que ressoa de uma determinada memória construída antes, que é reiterada e atualizada pela materialidade discursiva. Ademais, também funcionam efeitos de que somente uma “Intervenção Militar Já” trará solução aos problemas sociais enfrentados no país.

Mas como a língua é constituída da falha e do equívoco, o sentido sempre pode ser outro (PÊCHEUX, [1975] 1995) e, desse modo, também funciona no espaço virtual das redes sociais outro efeito discursivo, a posição-sujeito de repúdio ao discurso militar, com efeito de sentido de defesa da democracia; e ainda outros efeitos de sentido de defesa do espaço acadêmico como lugar de resistência. Vejamos a seguir:



Figura 2. SD2: Postagem da matéria do G1 no Facebook<sup>3</sup>

Na imagem da SD2, materializada pela destruição do *outdoor*, que fora colocado às margens da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, realizada por estudantes e professores da instituição, em contrapartida funciona não somente o rasgo físico, mas um gesto de interpretação e uma posição-sujeito de repúdio à intervenção, pelos protestos aos

<sup>3</sup> Fonte: Facebook. Disponível em: [Link](#). Acesso em: abr. 2019. (Devido à extensão do endereço para acessar a imagem, optamos por substituí-lo apenas pela palavra *link*, que dá acesso, do mesmo modo, à fonte).

ditos de uma suposta espera por uma intervenção militar no Brasil. Ademais, o *outdoor* no espaço universitário produz sentidos de afronta, devido aos propósitos de deslegitimar fatos históricos com o movimento negacionista que tem sido fortalecido atualmente, e trata-se da recusa em aceitar uma realidade empiricamente verificável, como o fato do regime militar ter sido uma ditadura, sendo essencialmente uma ação que não possui validação de um evento ou experiência histórica, e tal fato faz funcionar também o efeito de indignação, materializado no gesto do rasgo (SD2).

A imagem do rasgo ao *outdoor* também foi inscrita na mídia, precisamente na rede social *Facebook*. Dessa forma, o ambiente virtual, onde a imagem passou a circular, se tornou um espaço também de confrontos e resistência. Assim, a mídia virtual pode proporcionar uma nova visibilidade a grupos e movimentos que não encontravam na mídia convencional vez e voz para suas especificidades, como salienta Mittmann:

[...] O cerceamento de discursos e de vozes na grande mídia poderia ser rompido justamente através apropriação de uma parcela para a construção de um caminho em outra direção. Assim, com o advento da internet, o que não podia não ser de outro modo que aquele imposto pelo poder através da grande mídia passa a ocupar um espaço de grande circulação para contestar constantemente o já-estabelecido. (MITTMANN, 2009, p. 1-2).

A *internet* é, portanto, um lugar de produção e circulação de discursos e de movimentação de posições-sujeito, que funcionam num incessante embate de sentidos. E as réplicas e trélicas continuam agora não só nas ruas da cidade, mas também nas redes digitais.

A SD3 (cf. Figura 3, na página a seguir) é constituída por uma publicação do vereador na rede social *Facebook*, com uma foto do mesmo *outdoor* já apresentado na SD1, mas dessa vez, a peça está instalada em uma propriedade particular da cidade, e além da imagem, a postagem traz um texto no qual se inscreve uma posição-sujeito de indignação pelo ato de rasgar o *outdoor* (SD2), realizado pelos acadêmicos da UESB dias antes.

Na SD3, além da imagem temos a seguinte formulação como legenda da postagem: “Marginais, INTOLERANTES, travestidos de ESTUDANTES... Destruam aqui!”. Nessa formulação linguística há uma substituição metafórica de “estudantes” para “marginais” e “intolerantes”: “Marginais intolerantes travestidos de estudantes...” (SD3); assim, nessa relação metafórica funcionam efeitos de sentido de indignação e até mesmo ódio frente aos protestos ocorridos

contra o discurso de intervenção propagado no espaço universitário da UESB. Ademais, funcionam efeitos de sentido de crime para os protestos dos estudantes e professores, já que a palavra “marginais” materializa sentidos pré-construídos de “criminosos”, logo, os discentes e docentes presentes na manifestação (SD2) são discursivizados na SD3 como criminosos, como vemos na legenda da figura do *outdoor* republicado.



Figura 3. SD3: Postagem com o *outdoor* em outro ponto da cidade, local particular<sup>4</sup>

Também o discurso da SD3 produz efeitos de interdição e controle dos sentidos, pela indignação causada perante o gesto de rasgar o *outdoor*, que também buscava rasgar o anseio de uma intervenção militar, que traz ameaça de ditadura ao país. O dito “Destruam aqui!”, produz efeitos de desafio, ameaça e interdição a possíveis manifestações contrárias, já que agora tal *outdoor* se encontra num ambiente privado e não mais numa via pública.

Nesse discurso inscrito no *outdoor* (SD1 e SD3) em que o vereador ocupa a posição-sujeito de defesa à intervenção militar, funcionam efeitos discursivos de tolerância e apologia a regimes autoritários. No entanto, uma intervenção militar pode acarretar num retorno a um regime totalitarista, como já aconteceu outrora no Brasil. Desse modo, temos realmente uma

<sup>4</sup> Fonte: Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/davidsalomao.juspm/posts/10207734718125179:0>. Acesso em: jun. 2019.

ação criminosa<sup>5</sup>, mas não no protesto dos discentes e docentes universitários, e sim nas campanhas pela intervenção militar, considerando que:

Manifestações por intervenção militar, eufemismo para golpe militar, são uma afronta à Constituição e poderiam ser caracterizadas como crime previsto na LSN (Lei de Segurança Nacional), com pena de um a quatro anos de reclusão, segundo especialistas [...] (VALENTE, 2018)<sup>6</sup>.

Mas o sentido sempre pode ser outro... Vejamos as SDs constituídas das materialidades dos comentários<sup>7</sup> realizados na mesma publicação analisada na SD2, que trata da manifestação ocorrida na universidade contra a colocação do *outdoor* em suas proximidades:

SD4 “D. M. A Uesb sempre foi um espaço de resistência. É tempo de não se calar! Estamos juntos professor R. M.”

SD5 “C. S. Acho que primeiro ele não sabe o que é a intervenção prevista na Constituição, segundo não sabe que a defesa das instituições democráticas é um direito de todo brasileiro.”

SD6 “D. O. Antes que o silêncio nos torne cúmplice.”

SD7 “A. F. C. Ditadura nunca mais!”

Na SD4, funciona uma posição-sujeito de adesão ao discurso inscrito na SD2, que defende o espaço acadêmico como lugar de produção do conhecimento científico e repudia posicionamentos do senso comum, a exemplo do discurso do *outdoor* (SD1), que desrespeita o conhecimento histórico sobre a Ditadura Militar brasileira, e assim, busca silenciar os sentidos da História como ciência.

Na SD5, verificamos o funcionamento de uma posição-sujeito de resistência ao discurso militar e ainda de defesa da democracia como um dever de instituições como a universidade, por exemplo. Funcionam também, na SD5, efeitos de sentido de repúdio ao provável

---

<sup>5</sup> Segundo o professor universitário, o historiador Dr. José Dias, foi feita uma denúncia ao Ministério Público contra as exposições dos *outdoors* realizadas pelo vereador conquistense, no entanto, não foi acatada pelo MP.

<sup>6</sup> Fonte: UOL. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/para-especialistas-pedido-de-intervencao-militar-afronta-constituicao-e-pode-ser-crime.shtml> Acesso em: abr. 2019.

<sup>7</sup> Fonte: Facebook. Disponível em: [Link](#). Acesso em: abr. 2019. (Devido à extensão do endereço para acessar a imagem, optamos por substituí-lo apenas pela palavra link, que dá acesso, do mesmo modo, à fonte).

despreparo do vereador para legislar, pela ignorância aos direitos mínimos garantidos na Constituição, sendo esta ignorância responsável por discursos de apologia a um regime historicamente definido como antidemocrático e opressor.

Na SD6 temos: “Antes que o silêncio nos torne cúmplice”, nesta formulação mantém-se o repúdio ao discurso materializado no *outdoor* em apoio à intervenção militar, através da aprovação ao gesto de protesto dos acadêmicos (SD2), como também funcionam efeitos de resistência ao silenciamento, pois caso houvesse a omissão dos estudantes e professores, poderia significar cumplicidade e aceitação frente ao efeito de afronta para com a democracia pelos ditos e imagens materializadas no *outdoor*.

Para finalizar esta análise, temos a SD7, com a formulação “Ditadura nunca mais!”, na qual funciona a regularidade discursiva presentes em todos os comentários analisados aqui, de repúdio à uma intervenção militar, que pode significar, conseqüentemente, um retorno da ditadura. Nesta materialidade “ditadura nunca mais”, funcionam sentidos contrários a ditadura, sendo essa discursivizada como um período negativo do país, no qual vigorou opressões, perseguições, torturas e mortes, e por isso não deve retornar “nunca mais!”

Assim, há uma disputa de sentidos e de memórias quanto ao regime de governo realizado pelos militares entre as décadas de 60 e 80, o discurso dos militares é afetado pela memória segundo a qual o período foi muito positivo e revolucionário (COSTA CARDOSO, 2018); sob o funcionamento dessa memória, outros sentidos são silenciados, a exemplos da violência e da perseguição aos opositores.

No discurso inscrito na SD1 funciona um efeito de apagamento dos sentidos do golpe militar e da Ditadura de 1964. O discurso da intervenção militar, conforme vimos nas SDs 1 e 3, funciona sob determinações da memória do militarismo com sentidos de prosperidade e paz ao país, e assim o discurso da intervenção militar (em progresso) produz efeitos de memória do militarismo com sentidos de progresso, por isso deve retornar.

Entretanto, o que é silenciado em um discurso pode funcionar em outra ordem discursiva (ACHARD, [1983] 1999). Dessa maneira, no discurso materializado na SD2, como nas SDs 4, 5, 6 e 7 constituídas dos comentários referentes a postagem, funciona a posição-sujeito de repúdio e resistência à intervenção, resistência ao militarismo. Esse discurso funciona sob determinações da memória do período do governo militar como ditadura. Nesse processo

discursivo, funcionam efeitos de repúdio ao silenciamento e à ignorância em relação à história do país, como também à impunidade dos generais e dos responsáveis pelo regime ditatorial ocorrido no Brasil.

Também, nas SDs 4 a 7, funcionam efeitos de sentido de defesa da democracia e das instituições, a exemplo da universidade pública, como espaços de diálogos e pluralidades de pensamentos, mas nunca para omissão ou adesão a discursos autoritários. E ainda, de defesa da ciência e da História, que jamais deve ser apagada ou silenciada, e assim, não permite a negação de um momento da História do Brasil, como a vigência da Ditadura Militar durante 21 anos.

## 5. Efeitos conclusivos

Os espaços virtuais dão voz a muitos discursos e a distintos posicionamentos ideológicos. Assim, em nossas análises do discurso sobre a intervenção militar – com análises de *corpus* coletados do Facebook – funciona uma disputa de memórias e de duas posições-sujeito, sendo uma favorável à intervenção militar, com efeitos discursivos de apagamento dos sentidos de ditadura, e outra posição-sujeito de resistência e intolerância à intervenção militar, por ser essa discursivizada como uma ameaça à democracia, que pode instaurar o retorno da ditadura que já vigorou no Brasil.

Como observamos neste estudo, na SD1 materializada no *outdoor* funciona o discurso de apologia à intervenção militar, em cujo dito funciona o não dito de defesa da ditadura militar e o silenciamento da memória do golpe instaurado no país em 1964. A formulação “Intervenção em progresso” institui uma relação metafórica com o dito inscrito na bandeira brasileira “Ordem e progresso”, e assim produz efeitos de sentido tanto de ordem quanto de progresso a uma possível intervenção militar no país, ou seja, efeitos positivos para ditadura.

Desse modo, o discurso de defesa da “intervenção (militar) em progresso” (SDs 1 e 3) é afetado pela memória do militarismo que discursiviza aquele “período militar” (1964-1985) como um momento bom ao país, pois o livrou por exemplo, do “espectro comunista” que supostamente transformaria o Brasil em uma ditadura<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Como informado, este estudo trata-se de um recorte de uma pesquisa de mestrado, na dissertação, há considerações e demais informações mais aprofundadas acerca das análises e noções mobilizadas neste artigo.

Todavia observamos que, nessa rede de disputas de territorialidade no ciberespaço, também funciona o discurso da resistência que busca manter a História factual, pois esta, apesar de permitir diversas perspectivas de análise, não pode permitir o apagamento dos fatos históricos. Essa resistência ousa ir de encontro à apologia que vem sendo feita sobre a Ditadura de 64.

Assim, conforme vimos na SD 3 e SDs 4 a 7, o discurso da resistência à intervenção militar funciona com efeitos de desconstrução de sentidos do governo militar vigente outrora no país (1964-1985), como sendo um período de prosperidade e paz ao país; ao mesmo tempo, produz efeitos de luz em meio às trevas da ignorância histórica e rompe o silenciamento dos sentidos. O discurso da resistência a uma suposta “Intervenção Militar” é, pois, afetado pela memória do governo militar com sentidos de uma ditadura nefasta que não pode retornar, ou seja, uma provável distopia que se iniciaria a partir de tal intervenção.

Assim, o espaço virtual é lugar de embates e de disputas territoriais discursivas, um espaço de tensões ideológicas (CORTES, 2015), afinal a língua é constituída da falha e do equívoco e o sentido sempre pode ser outro (PÊCHEUX, [1975] 1995).

## Referências

- ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, [1983] 1999.
- CAVALCANTE, S. Classe média e conservadorismo liberal. *In*: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Org.). **Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 177-196.
- CAVALCANTI, L. J. N. A promessa da democratização pela internet e os furos da realidade no virtual: Como o arquivo radicaliza. *In*: **VII SEAD**. Recife, 2015.
- CAZARIN, E. A.; MENEZES, E. S. A mídia e o golpe de 1964: revista O Cruzeiro como aliada do discurso das forças militares. **Conexão Letras**, v. 9, n. 11, p. 112-122, jan./jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.22456/2594-8962.55145>.
- CORTES, G. R. O. **Do lugar discursivo ao efeito-leitor**: a movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, 2015.
- COSTA CARDOSO, L. “Volta à Ditadura”? Retorno da utopia autoritária presente nas memórias de militares e civis de 1964. **Contenciosa**, Año VI, n. 8, 2018. DOI: <https://doi.org/10.14409/contenciosa.v0i8.8594>.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. São Carlos: EdUFSCar, 2009[1981].

DELCOURT, L. Um TeaParty tropical: a ascensão de uma “nova direita” no Brasil. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 36, p. 126-139, jan.-jun. 2016.

DIAS, C. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 972-980, set.-dez. 2015.

GALLO, S. L.; SILVA, M. J. da; BOCCHESI, P. A. Projeto Metarede: investigando discursividades online e textualidades digitais. In: FLORES, G. G. B.; NECKEL, N. R. M.; GALLO, S. M. L. (Org.). **Discurso, Cultura e Mídia**: Pesquisas em Rede. Palhoça: Ed. Unisul, 2015.

GRIGOLETTO, M. Silenciamento e memória: discurso e colonização britânica na Índia. **Organon**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 229-243, 2003. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-8915.30026>.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2013.

MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 621-648, set.-dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203004>.

MITTMANN, S. A apropriação do ciberespaço pelos movimentos sociais. **III Encontro Nacional sobre Hipertexto**. Belo Horizonte, 2009.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio** – no movimento dos sentidos. Campinas: Unicamp, 1992.

ORLANDI, E. P. Exterioridade e ideologia. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, v. 30, p. 27-33, jan.-jun. 1996.

ORLANDI, E. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, [1983] 1999.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, [1969]1997.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. de Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* 2. ed. Campinas: Unicamp, [1975]1995.

PÊCHEUX, M. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, [1983]1999.

SALLES, L. G. **Nova direita ou velha direita com Wi-Fi?**: Uma interpretação das articulações da “direita” na internet brasileira. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.



SILVA E. D. da. As bases da nova direita: estudo de caso do Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo. **Conversas & Controvérsias**, v. 5, n. 1, p. 75-95, 2018. DOI: <https://doi.org/10.15448/2178-5694.2018.1.30257>.

SILVEIRA, S. A. da. Direita nas redes sociais online. *In*: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Org.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 213-230.

SOUZA, D. M. R. de; DIAS, J. A. Apresentação do dossiê Ditadura Militar no Brasil. **Contenciosa**, ano VI, n. 8, 2018.

VALENTE, R. Para especialistas, pedido de intervenção militar afronta Constituição e pode ser crime. **Folha UOL**, 24 maio 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/para-especialistas-pedido-de-intervencao-militar-afronta-constituicao-e-pode-ser-crime.shtml>. Acesso em: abr. 2019.

Recebido em: 29.07.2019

Aprovado em: 15.01.2020